

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO Nº 01/MDN-DGRDN/2023

**ANEXO I - DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE E NÃO DIVULGAÇÃO
DA INFORMAÇÃO**

(a que se refere o n.º 2 do artigo 3.º do programa do procedimento)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), para efeitos da sua participação e de acesso às peças do procedimento (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra:

- a) Guardar sigilo absoluto de toda a informação, escrita ou verbal, desenhada ou qualquer outra, constante das peças do procedimento, das candidaturas ou das propostas submetidas, ou de que venha a ter conhecimento, por qualquer outra forma ou meio no decurso ou em consequência da sua participação no procedimento;
- b) Obrigar-se a usar a referida informação estritamente para efeitos da sua participação no procedimento, limitando o respetivo acesso aos seus representantes ou colaboradores que, em virtude das suas funções, tenham absoluta necessidade de aceder à mesma para efeitos de preparação da respetiva candidatura e/ou proposta;
- c) Comprometer-se a não copiar, reproduzir, adaptar, difundir, transmitir ou divulgar quaisquer informações ou dados do Estado português ou de terceiros de que tenha tido conhecimento por força do presente procedimento, quer durante o procedimento, quer após o termo do mesmo;
- d) Em caso de não adjudicação, destruir, findo o procedimento, qualquer informação ou dados a que tenha tido acesso e que estejam na sua posse, em qualquer tipo de suporte, documental, eletrónico ou outro.

2 – Mais declara obrigar-se a tratar os dados pessoais a que tenha acesso durante o procedimento na estrita observância das normas legais aplicáveis, designadamente do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

3 – A não observância da obrigação de confidencialidade e não divulgação da informação constante da presente declaração, faz incorrer o interessado, candidato ou concorrente na aplicação das sanções previstas na lei, designadamente nos artigos 455.º a 464.º-A do Código dos Contratos Públicos, determinando a exclusão da sua participação no procedimento ou da sua candidatura ou proposta.

... (local),... (data),... [assinatura (3)].